

ÍNDICE

<i>Prefácio à 6ª edição</i>	13
<i>Prefácio à 4ª edição</i>	15
<i>Prefácio à 3ª edição</i>	17
<i>Prefácio à 2ª edição</i>	19
Palavras introdutórias.....	21

PREÂMBULO

O FENÔMENO DA INCIDÊNCIA JURÍDICO-TRIBUTÁRIA

1. Considerações gerais.....	29
2. A trajetória do dever-ser até o ser da conduta.....	34

CAPÍTULO I

SOBRE A NORMA JURÍDICA TRIBUTÁRIA, GERAL E ABSTRATA

1. Texto e contexto	37
2. Enunciados prescritivos e normas jurídicas	40
3. A estrutura lógica das normas jurídicas: o antecedente	44
4. O operador deôntico.....	48
5. O conseqüente normativo.....	50
6. Normas primárias e secundárias	54
7. Normas gerais e individuais, abstratas e concretas ...	55
8. Regras de conduta e regras de estrutura.....	61
9. As chamadas “sanções extrajudiciais” são também normas primárias.....	63
10. Norma jurídica e sistema	65

11. Classificação dos sistemas	68
12. Direito positivo: ordenamento ou sistema?.....	71
13. Sistema jurídico — dois corpos de linguagem	74
14. A prescritividade constitutiva do direito	78
14.1. A prescritividade do direito no Preâmbulo da Constituição	80
14.2. O perfil do Preâmbulo no direito positivo bra- sileiro	82
14.3. Retórica e Preâmbulo.....	83
14.4. Preâmbulo, ementa e Exposição de Motivos ...	85
14.5. Súmula dominante e Súmula vinculante.....	86
14.6. O Preâmbulo como feixe de marcas da enuncia- ção, meio eficaz de acesso ao quadro axiológico que presidiu a edição do Texto Constitucional	90
14.7. Comandos de sobrenível — prescrições sobre prescrições	94
15. Validade como relação de pertinência da norma com o sistema.....	95
16. Vigência, eficácia técnica, eficácia jurídica e efi- cácia social	98
17. Semiótica e textos jurídico-positivos — a interpreta- ção do direito	103
17.1. A unicidade do texto jurídico-positivo e os qua- tro subsistemas: a) conjunto de enunciados, tomados no plano da expressão; b) conjunto de conteúdos de significação dos enunciados pres- critivos; c) o domínio articulado de significa- ções normativas; e d) a forma superior do siste- ma normativo	104
17.2. O Plano S_1 : o sistema da literalidade textual, suporte físico das significações jurídicas	108
17.3. O Plano S_2 : o conjunto dos conteúdos de signi- ficação dos enunciados prescritivos.....	112
17.4. O Plano S_3 : o conjunto articulado das signi- ficações normativas — o sistema de normas ju- rídicas <i>stricto sensu</i>	116

17.5. O Plano S_4 : organização das normas construídas no nível S_3 — os vínculos de coordenação e de subordinação que se estabelecem entre as regras jurídicas.....	119
17.6. O processo de construção normativa e as determinações específicas impostas pelo sistema.....	122
17.7. O trânsito entre os subdomínios S_1 , S_2 , S_3 e S_4 para a integração do sistema.....	124
18. A interpretação do direito e os limites da interdisciplinaridade	127
19. O núcleo semântico da norma jurídica tributária.....	129
20. Regra-matriz de incidência tributária.....	132

CAPÍTULO II

SOBRE O FATO JURÍDICO TRIBUTÁRIO

1. Enunciados e objetos da experiência — fato como enunciado protocolar — a constituição jurídica do fato	139
2. Percepção do objeto e categorias semióticas	145
3. Os enunciados conotativos e a construção dos fatos jurídicos	147
4. Erro de fato e erro de direito	151
5. A importância da teoria das provas para o reconhecimento dos fatos jurídicos	152
6. Realidade jurídica e realidade social.....	155
7. Realidades sociais intrassistêmicas e a teoria auto-poética do direito	157
8. A impossibilidade de traduções perfeitas entre os idiomas da mesma família e a conversação que entre eles se estabelece, segundo a concepção de Vilém Flusser	162
9. Delimitação do conteúdo de “fato puro”, “fato contábil” e “fato jurídico”	163
9.1. Conclusão sobre o caráter exclusivamente jurídico do chamado “fato gerador”	173

10. A subsunção do fato jurídico tributário e seus efeitos normativos	173
11. O núcleo factual e as especificações de espaço e de tempo.....	178
12. As expressões utilizadas para nomear o fato jurídico tributário	179
13. Fatos jurídicos tributários simples e complexos	182
14. Fatos tributários instantâneos, continuados e “complexivos”	185
15. O elemento material do fato jurídico-tributário	190
16. Os elementos temporal e espacial, na configuração do fato	191

CAPÍTULO III

SOBRE A RELAÇÃO JURÍDICA TRIBUTÁRIA

1. Causalidade física e imputação deôntica	197
2. As relações jurídicas são enunciados fácticos.....	199
3. O cunho relacional dos enunciados.....	204
4. O operador deôntico-jurídico identificando o enunciado relacional	205
5. Os elementos do fato relacional	208
6. Aspectos lógico-semânticos do fato relacional	211
7. A relação jurídica tributária.....	215
8. Os sujeitos da relação jurídica tributária — sujeito ativo.....	218
9. Os sujeitos da relação jurídica tributária — sujeito passivo	220
10. Sujeito passivo e capacidade tributária passiva.....	223
11. A solidariedade passiva na relação tributária	224
12. Responsabilidade tributária.....	226
13. Responsabilidade tributária e substituição	230
14. Relações tributárias obrigacionais e não obrigacionais ..	234
15. O elemento quantitativo das obrigações tributárias — base de cálculo	239

15.1. A base calculada como uma das unidades factuais que integram o complexo relacional do consequente, na individualidade da norma concreta	242
15.2. A base calculada como perspectiva dimensível do fato jurídico tributário. A necessária identidade entre o fato jurídico da base de cálculo (Fbc) e o fato jurídico tributário (Fjt).....	244
15.3. Os cuidados especiais que o desenho da base de cálculo requer, por decorrência da posição preeminente que lhe atribuem a jurisprudência e a doutrina brasileira	248
15.4. O outro fator que integra o critério quantitativo: a alíquota.....	251
16. O marco temporal do nascimento das relações jurídicas tributárias.....	252
17. Como as relações jurídicas tributárias são produzidas, transformadas e extintas.....	257
18. A compostura lógica da obrigação e o quadro possível das providências extintivas	260
18.1. Pagamento.....	265
18.2. Compensação	266
18.3. Transação	268
18.4. Remissão.....	269
18.5. Decadência.....	270
18.6. Prescrição	277
18.7. Conversão de depósito em renda.....	279
18.8. O pagamento antecipado e a homologação do lançamento	281
18.9. A consignação em pagamento	284
18.10. A decisão administrativa irreformável.....	285
18.11. A decisão judicial passada em julgado.....	287
18.12. A dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei	288

CAPÍTULO IV

SOBRE A NORMA INDIVIDUAL E CONCRETA
QUE DOCUMENTA A INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA

1. Imprescindibilidade.....	291
2. O revestimento da linguagem prescritiva e as duas modalidades que o sistema prevê	295
3. Os sujeitos credenciados a emitir a norma individual e concreta.....	297
4. Lançamento tributário — o problema semântico.....	299
5. Demarcação conceptual do vocábulo “lançamento”.	304
6. Lançamento tributário: norma, procedimento e acto	308
7. O velho problema da natureza declaratória ou constitutiva do lançamento tributário	312
8. Sobre o conteúdo do ato de lançamento	316
9. Os atributos do ato jurídico administrativo de lançamento	317
10. Lançamento provisório e definitivo	319
11. Lançamento e auto de infração	321
12. Do erro de fato e do erro de direito no lançamento tributário	324
13. A norma jurídico-tributária, individual e concreta, produzida pelo sujeito passivo	326
14. A linguagem produtora da norma individual e o momento em que ela ingressa no sistema positivo.....	330
<i>Bibliografia</i>	333